



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

**PARECER DA MESA DIRETORA**

*(Parágrafo único do artigo 274, do Regimento Interno)*

**Parecer nº 061/2023**

**Referência:** Processo nº 409/2023

**Assunto:** Projeto de Resolução nº 003, de 24 de março de 2023

**Autor (a):** Mesa Diretora da Câmara Municipal de Cáceres

**Assinado por:** Membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Cáceres

**I - RELATÓRIO:**

O Projeto de Resolução nº 003, de 24 de março de 2023, que “*Suprime a alínea “k”, do inciso II, do artigo 21; Altera o “caput” do artigo 24, a alínea “y”, do inciso I, e, a alínea “f”, do inciso VII, ambas do mesmo artigo 24, e, Altera os incisos IV e V, ambos do artigo 27, todos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cáceres, e dá outras providências.*”.

*Este é o Relatório.*

**II – DO VOTO E SEUS FUNDAMENTOS:**

Trata-se de Projeto de Resolução nº 003, de 24 de março de 2023, de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Cáceres, representada pelos Excelentíssimos Membros Vereadores Luiz Landim (Presidente); Pastor Júnior (Vice-Presidente); Marcos Ribeiro (1º Secretário); Lacerda do Aki (2º Secretário) e Manga Rosa (3º Secretário), que “*Suprime a alínea “k”, do inciso II, do artigo 21; Altera o “caput” do artigo 24, a alínea “y”, do inciso I, e, a alínea “f”, do inciso VII, ambas do mesmo artigo 24,*



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

*e, Altera os incisos IV e V, ambos do artigo 27, todos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cáceres, e dá outras providências.”.*

O Regimento Interno prevê no parágrafo único, do artigo 274, que Compete à Mesa Diretora, com exclusividade, dar parecer em todos os aspectos, inclusive no de redação final, sobre os projetos de resolução que visem a alterar, reformar ou substituir o Regimento Interno da Casa:

“Art. 274. O projeto de resolução destinado a alterar, reformar ou substituir este Regimento Interno sofrerá duas discussões, obedecendo ao rito a que estão sujeitos os projetos de lei em regime de tramitação ordinária e sua votação exigirá quorum de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

**Parágrafo único. Compete à Mesa Diretora, com exclusividade, dar parecer em todos os aspectos, inclusive no de redação final, sobre os projetos de resolução que visem a alterar, reformar ou substituir o Regimento Interno da Casa.” (gf)**

Foi informado na Exposição de Motivos, o seguinte:

“(…) A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Cáceres, no uso das prerrogativas que são conferidas pelo Regimento Interno, dirijo-me a Vossas Excelências para remeter-lhe o incluso Projeto de Resolução, que visa regulamentar a Escola do Legislativo.

O projeto de resolução ora apresentado visa adequar o Regimento Interno desta Casa de Leis, ao que dispõe a Lei Orgânica Municipal e o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, sobre o tema “Ordenação de Despesas”. O inciso XII, do artigo 23, da Lei Orgânica Municipal prevê claramente que ao Presidente da Câmara Municipal, dentre outras atribuições, compete privativamente autorizar as despesas da Câmara Municipal:

“Da Competência do Presidente da Câmara Municipal





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

Art. 23. Ao Presidente da Câmara Municipal, dentre outras atribuições, compete:23 (Emenda nº 10 de 03/12/2003)

(...)

XII – autorizar as despesas da Câmara Municipal. (Emenda nº 10 de 03/12/2003)” (gf)

Por sua vez, o artigo 74, inciso XX, da Lei Orgânica Municipal, da mesma forma, prevê que compete privativamente ao Prefeito autorizar as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara:

“Art. 74. Compete privativamente ao Prefeito:

(...)

XX - autorizar as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara,” (gf)

Ora, se ambos são chefes de Poderes, não há razão para manter os dispositivos do Regimento Interno desta Casa de Leis, em contrariedade a esses dispositivos.

E, é pacífico o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no sentido de que, compete privativamente ao Presidente da Câmara Municipal fazer a ordenação de despesas, não precisando assinar nenhum ato nesse sentido, com outro Membro do referido Poder. Vejamos o seguinte Acórdão do TCE/MT: “Acórdão nº 1.783/2003 (DOE, 04/12/2003). Controle interno. Câmara Municipal. Ordenamento, delegação, assinatura e responsabilidade de acordo com os critérios. Segregação de funções. Obrigatoriedade. 1. O ordenador de despesas da Câmara é o presidente, que poderá, por delegação formal, estender essa atribuição aos secretários. Não há necessidade de assinatura conjunta nas notas de empenho do presidente da Câmara e de outro ordenador de despesa, exceto se houver previsão na legislação municipal. A delegação, no entanto, não exime o presidente da



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

corresponsabilidade pelos atos cometidos por aqueles a quem ele atribuiu a competência de ordenamento de despesas. 2. Dentro do Sistema de Controle Interno de cada órgão, uma mesma pessoa não pode ter acesso aos ativos e aos registros contábeis. Deve haver separação de funções.

A competência para assinatura de cheques e outros documentos financeiros deverá ser atribuída a, no mínimo, duas pessoas.” (gf)

Portanto, além da previsão legal na Lei Orgânica Municipal, conforme entendimento do TCE/MT, proferido no Acórdão nº 1.783/2003 (DOE, 04/12/2003) o ordenador de despesas da Câmara é o presidente, e não há necessidade de assinatura conjunta nas notas de empenho do presidente da Câmara e de outro ordenador de despesa. Nesse sentido, fez-se necessário a adequação do Regimento Interno desta Casa de Leis, a Lei Orgânica Municipal, lei maior de nosso município, razão pela qual pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação desta Proposição. (...)”

Portanto, conforme exposto, além da previsão legal na Lei Orgânica Municipal, conforme entendimento do TCE/MT, proferido no Acórdão nº 1.783/2003 (DOE, 04/12/2003) o ordenador de despesas da Câmara é o presidente, e não há necessidade de assinatura conjunta nas notas de empenho do presidente da Câmara e de outro ordenador de despesa, razão pela qual o presente projeto de resolução deve ser aprovado.

**III – DA DECISÃO DA MESA DIRETORA:**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Cáceres/MT, vota pela **Aprovação** do Projeto de Resolução nº 003, de 24 de março de 2023.

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação Plenária.

Sala das Sessões, 27 de março de 2023.



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES



**Luiz Landim**

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres



**Pastor Júnior**

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cáceres



**Marcos Ribeiro**

1º Secretário



**Lacerda do Aki**

2º Secretário



**Manga Rosa**

3º Secretário